



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETIVO.

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÕES DE ESTRUTURAS PARA EVENTOS (SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, PALCO, GERADOR, GRADE, PAINEL DE LED, SANITÁRIOS QUÍMICOS, TENDAS E PRATICÁVEIS) PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DESTE MUNICÍPIO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e demais secretarias.

<<ITENS>>

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

2.1. Tendo em vista a necessidade de LOCAÇÕES DE ESTRUTURAS PARA EVENTOS (SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, PALCO, GERADOR, GRADE, PAINEL DE LED, SANITÁRIOS QUÍMICOS, TENDAS E PRATICÁVEIS) PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DESTE MUNICÍPIO. Desta forma, se justifica a compra por Pregão por Registro de Preços, uma vez que os serviços serão fundamentais par manutenção das atividades deste município e o Município não consegue prever a quantidade que será necessária no período.

2.2. Os equipamentos deverão ser locados de forma parcelada conforme necessidade e solicitação da Secretaria Municipal de Cultura.

2.3. Os serviços serão prestados tanto na zona urbana quanto na zona rural conforme a necessidade do município.

2.4. A unidade de medida dos serviços será de locação, que terá prazo de 24h, contados a partir do momento que o equipamento estiver montado e testado.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS.

3.1. A natureza do objeto a ser contratado é de natureza comum nos termos do parágrafo único, do artigo 1º, da Lei 10.520, de 2002, e as especificações dos materiais estão definidas de forma clara, concisa e objetiva e que as unidades de medida atendem ao princípio da padronização usual existente no mercado.

4. ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo de entrega dos bens é de até **05 (CINCO) dias**, em conformidade com o este Termo de Referência e a Emissão da ORDEM DE COMPRA emitida pela Secretaria Municipal demandante, O local de entrega será acordado com a secretaria demandante.

4.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **até 02 (DOIS) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.3. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;



5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;

6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

6.1.7. A empresa prestadora do serviço deverá ser responsável pela guarda e cobertura dos equipamentos contra intempéries.

6.1.8. A empresa é responsável também pela guarda, vigilância, segurança e manutenção das estruturas e equipamentos, materiais e ferramentas utilizadas para a prestação dos serviços, não cabendo a Contratante arcar com qualquer despesa relativa a dano, desaparecimento, roubo ou furto dos equipamentos, materiais e ferramentas.

6.1.9. A licitante deverá arcar com todas as despesas com impostos, encargos sociais e fiscais, hospedagem, alimentação, transporte, montagem, desmontagem, manutenção e instalação dos equipamentos e outra e quaisquer outras despesas que por ventura venham a ocorrer, incluindo as despesas referentes às licenças necessárias para a realização da festa.



6.1.10. Apresentar a cada serviço ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) assinada e devidamente autorizada e registrada em nome do responsável técnico da contratada no CREA OU CAU local e ainda com a devida autorização do Corpo de bombeiro sob as expensas das contratada (no que couber).

7. DA SUBCONTRATAÇÃO.

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO.

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO.

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1. Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11. DO REAJUSTE.

11.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata do Registro de Preços, salvo as situações previstas em lei que tratam da revisão e do reequilíbrio de preços.

11.2. A revisão dos preços poderá ocorrer quando da incidência das situações previstas na alínea "d" do inciso II e do § 5.º do art. 65 da Lei n. 8.666/93, devidamente comprovadas e se dará seguinte forma:

11.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o município notificará a fornecedora com o primeiro menor preço registrado para o item visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

11.4. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o município formalmente desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das sanções cabíveis.

11.5. Cancelamento do Registro de preços. A juízo do Município poderá ser cancelado o registro de preços para o item e abrir nova licitação para a aquisição ou contratação ao produto objeto de registro, sem que caiba direito de recurso ou indenização.





11.6. Caso a Administração entenda pela revisão dos preços, o novo preço será consignado, através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão os fornecedores vinculados.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

13.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. Cometer fraude fiscal;

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.2.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.2.2. O atraso injustificado ou retardamento na prestação de serviços objeto deste certame sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o art. Nº 86, da Lei Nº 8666/93;

13.2.3. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.6. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Prefeitura Municipal de Bocaiúva/ UF, pelo prazo de até cinco anos;

13.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.

13.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.



13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

13.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

13.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **15 (QUINZE) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.12. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no órgão Oficial de Imprensa do Município.

14. DO CRONOGRAMA DAS FESTAS DO MUNICÍPIO DE BOCAIUVA/MG.

Meses	Evento	Estrutura
Janeiro	Festa São Jose de Alto Belo (Santos Reis)	- 2 Palco 10x8 - 2 Sons médio porte - 2 Iluminações médio porte - 6 Banheiros químicos - 10 seguranças



	Festa São Sebastião de Morro Alto	Som Prefeitura
	Festa na Comunidade de Santos Reis	Som Prefeitura
Fevereiro	Carnaval	Para shows na avenida - 5 Palco 10x8 - 5 Sons médio porte - 5 iluminação grande porte - 20 banheiros químicos - 40 seguranças - 10 brigadistas - 5 geradores 180 KVA -20 grades - 20 praticáveis - 5 bandas - 4 blocos Para matines na praça - 4 Palco 8x6 - 4 sons médio porte - 4 iluminações médio porte - 1 Banda
Março	Festa de São José Operário	- 1 Palco 8x6 - 1 som médio porte - 1 iluminação médio porte - 1 Banda
	Festa Lagoa Grande	Som Prefeitura
Abril	Semana Santa/Paixão de Cristo	- 1 som médio porte - 1 iluminação médio porte - 12 praticáveis
	Festa do Cristo Misericordioso - Zumbi	- 1 som pequeno porte
	Festa de São Jorge - Vaquejada	Som Prefeitura
	Festa de São José Operário	Som Prefeitura
Maio	Dia do Trabalhador	- 1 Palco 8x6 - 1 som médio porte - 1 iluminação médio porte - 6 banheiros químicos
	Catopê – Nossa Senhora do Rosário e São Benedito	
	Agita Bocaiuva	- 1 som de pequeno porte - 8 praticáveis
	Festa Morrinhos - Nossa senhora de Fatima	Som Prefeitura
	Festa do Milho	- 3 Palco 16x14 - 3 Sons grande porte - 3 iluminação grande porte - 20 banheiros químicos - 40 grades de isolamento 2x1,20 - 60 seguranças - 12 brigadistas - 3 geradores 260 KVA - 12 praticáveis - 3 bandas - Premiações - 40 tendas
	Semana do Museu	Som Prefeitura
	20 anos do Eclipse	
	Festa de São José e Nossa Senhora	Som Prefeitura
Junho	Festa do Sagrado Coração de Jesus	- 2 Palco 10x8 - 2 Sons médio porte - 2 Iluminações médio porte - 2 bandas - 8 Banheiros químicos



		- 30 seguranças - 8 brigadistas Obs: estrutura para 2 dias
	Festa de Santo Antônio (Lalau)	Som Prefeitura
	Festa de São Pedro	Som Prefeitura
	Festa de Terra Branca	- 1 Palco 10x8 - 1 Som médio porte - 1 Iluminação médio porte - 1 gerador 180 KVA - 1 banda
	Festival de quadrilha	- 1 Palco 10x8 - 1 Som médio porte - 1 Iluminação médio porte - 1 gerador 180 KVA - 1 banda
Julho	Festa do Senhor do Bom Fim	- 4 Palco 16x14 - 4 Sons grande porte - 4 iluminação grande porte - 60 banheiros químicos - 4 painéis de led P6 15m - 60 grades de isolamento 2x1,20 - 70 seguranças - 30 brigadistas - 4 geradores 260 KVA - 24 praticáveis - 1 show católico - 2 shows nacionais - Mastro/fogos
	Aniversário da Cidade	- 1 Palco 16x14 - 1 Som grande porte - 1 iluminação grande porte - 20 banheiros químicos - 1 painel de led P6 15m - 20 grades de isolamento 2x1,20 - 30 seguranças - 10 brigadistas - 1 gerador 260 KVA - 8 praticáveis - 1 show nacional
	Festa de Machado	
Agosto	Festa do Senhor Bom Jesus (Mocambo)	Som Prefeitura
	Festa de Santa Luzia e N. S. do Carmo (Eng. Dolabela)	- 1 Palco 10x8 - 1 Som médio porte - 1 Iluminação médio porte - 1 banda - 1 gerador 260 KVA
	Festa na Comunidade de São Gregório	Som Prefeitura
Setembro	7 de setembro dia (Independência do Brasil)	
	Festa do Sagrado Coração de Jesus (Alto Bello)	Som Prefeitura
	Festa de São Geraldo (Oncinha)	Som Prefeitura
	Festa de São Miguel Arcanjo (Com. Bora)	Som Prefeitura
	Festa do Senhor Bom Jesus (Sentinela)	- 1 som médio porte - 1 palco 8x6 - 1 iluminação médio porte - 1 show
	Festa de São Geraldo – Bairro São Geraldo	Som Prefeitura



Item	Descrição	Quantidade
1	1 unidade de...	1
2	2 unidades de...	2
3	3 unidades de...	3
4	4 unidades de...	4
5	5 unidades de...	5
6	6 unidades de...	6
7	7 unidades de...	7
8	8 unidades de...	8
9	9 unidades de...	9
10	10 unidades de...	10
11	11 unidades de...	11
12	12 unidades de...	12
13	13 unidades de...	13
14	14 unidades de...	14
15	15 unidades de...	15
16	16 unidades de...	16
17	17 unidades de...	17
18	18 unidades de...	18
19	19 unidades de...	19
20	20 unidades de...	20
21	21 unidades de...	21
22	22 unidades de...	22
23	23 unidades de...	23
24	24 unidades de...	24
25	25 unidades de...	25
26	26 unidades de...	26
27	27 unidades de...	27
28	28 unidades de...	28
29	29 unidades de...	29
30	30 unidades de...	30
31	31 unidades de...	31
32	32 unidades de...	32
33	33 unidades de...	33
34	34 unidades de...	34
35	35 unidades de...	35
36	36 unidades de...	36
37	37 unidades de...	37
38	38 unidades de...	38
39	39 unidades de...	39
40	40 unidades de...	40
41	41 unidades de...	41
42	42 unidades de...	42
43	43 unidades de...	43
44	44 unidades de...	44
45	45 unidades de...	45
46	46 unidades de...	46
47	47 unidades de...	47
48	48 unidades de...	48
49	49 unidades de...	49
50	50 unidades de...	50

1.1. A contratação de serviços de manutenção e reparação de equipamentos elétricos e eletrônicos, bem como de instalação e manutenção de sistemas de iluminação pública, será realizada por meio de licitação do tipo menor preço global, com critério de julgamento de menor preço global, com base no Edital de Licitação nº 001/2014, de 15 de maio de 2014, e no Projeto Básico de Referência nº 001/2014, de 15 de maio de 2014, ambos disponíveis no site eletrônico da Prefeitura Municipal de São Paulo, sob o endereço eletrônico: www.saopaulo.sp.gov.br.

1.2. O licitante vencedor deverá apresentar proposta técnica e financeira, bem como demonstrar a capacidade técnica e financeira para a execução dos serviços, conforme especificações técnicas e comerciais constantes no Edital de Licitação nº 001/2014, de 15 de maio de 2014, e no Projeto Básico de Referência nº 001/2014, de 15 de maio de 2014, ambos disponíveis no site eletrônico da Prefeitura Municipal de São Paulo, sob o endereço eletrônico: www.saopaulo.sp.gov.br.

1.3. A contratação dos serviços de manutenção e reparação de equipamentos elétricos e eletrônicos, bem como de instalação e manutenção de sistemas de iluminação pública, será realizada por meio de licitação do tipo menor preço global, com critério de julgamento de menor preço global, com base no Edital de Licitação nº 001/2014, de 15 de maio de 2014, e no Projeto Básico de Referência nº 001/2014, de 15 de maio de 2014, ambos disponíveis no site eletrônico da Prefeitura Municipal de São Paulo, sob o endereço eletrônico: www.saopaulo.sp.gov.br.

Assessoria Técnica



	Festa Mãe Rainha – Com. Triunfo	Som Prefeitura
	Festival da Canção	- 3 palco médio 10x8 - 3 som médio porte - 3 iluminação médio porte - premiações - 2 shows
Outubro	Outubro Rock	- 1 palco médio 10x8 - 1 som médio porte - 1 iluminação médio porte - 1 banda
	Festa de Nossa senhora Aparecida (Rio do Felix)	Som Prefeitura
	Festa de São Geraldo (Cabeceira dos Porções)	Som Prefeitura
	Festa de Nossa Senhora Aparecida (Nova Dolabela)	Som pequeno porte
	Festa de São Geraldo (Camilo Prates)	Som Prefeitura
	Festa de Nossa Senhora (Pedregulho)	Som Prefeitura
Novembro	Festa (Comunidade Agua Boa)	Som Prefeitura
	Dia da Consciência Negra	- 1 som pequeno porte - 1 iluminação pequeno porte - 1 palco 8x6 - 1 show
Dezembro	Festa de Natal	
	Réveillon	- 1 palco médio 10x8 - 1 som médio porte - 1 iluminação médio porte - 10 banheiros químicos - 1 gerador 180 KVA - 8 praticáveis - 15 seguranças - 10 brigadistas - 2 bandas

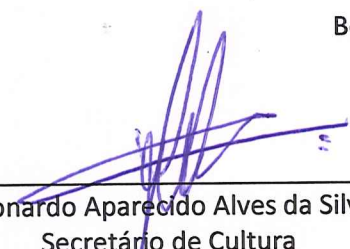
15. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

15.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação através da apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com indicação do fornecimento/prestação de serviço, com nome legível do representante legal da empresa, em papel timbrado do emitente.

15.2. Certidão de Registro/Quitação da Empresa LICITANTE perante CREA/CAU, dentro do prazo de validade, comprovando que exerce atividades relacionadas aos itens, PALCO, SONORIZAÇÃO e ILUMINAÇÃO.

15.3. A comprovação que a licitante possui em seu quadro de funcionários profissionais devidamente registrados na entidade profissional competente, se faz através da carteira de trabalho e previdência social, livro de registro de empregados da empresa, contrato social no caso de ser sócio da empresa ou contrato de prestação de serviços (relacionadas aos itens, PALCO, SONORIZAÇÃO e ILUMINAÇÃO).

Bocaiúva/MG, 22 de novembro de 2021.



Leonardo Aparecido Alves da Silva
Secretário de Cultura